



Informe

UNAFISCO SINDICAL

Rio de Janeiro

Boletim nº 171

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2004.

AFRF resistem à politização da Receita Federal

O Jornal do Brasil publicou, dia 15, matéria em que denunciava o assédio do Partido Liberal (PL) em busca de cargos na administração pública, relacionando inclusive o comando da Receita Federal no Rio de Janeiro como uma das promessas que o governo federal teria feito àquele partido em troca de apoio à votação de matérias de interesse do governo no Congresso Nacional. A barganha teria sido combinada, segundo a matéria, por ocasião da votação da Reforma da Previdência.

No mesmo dia, a DS/RJ encaminhou duas cartas ao Jornal do Brasil. Na primeira, endereçada ao espaço dos leitores, registrava indignação com o procedimento citado (veja ao lado). Na outra, dirigida ao jornalista, registrava a satisfação de ver a imprensa denunciar atitudes como esta, cumprindo o seu papel de zelar pelo interesse público.

O caso relatado pela DS/Varginha (MG) em carta anexa ao Boletim da DEN do dia 12, que reppduzimos no verso, reforça a convicção de que os AFRF precisam agir com firmeza para defender a Receita Federal de ingerências políticas. Segundo os colegas daquela DS, o auditor-fiscal Maurício Mesquita Carvalho, delegado da DRF/Varginha, estava em vias de ser exonerado de seu cargo “em virtude de procedimento de fiscalização, motivado por diversas denúncias fundamentadas e fortes indícios de sonegação e corrupção, contra empresa ligada a político de expressão no Estado de Minas Gerais”.

A SRF é um órgão que exerce atribuições de Estado e não pode submeter-se à conjuntura política, a interesses de governo e muito menos à influência de cidadãos, que por ocupar posto de envergadura na sociedade, sentem-se imunes aos rigores da lei.

Carta ao JB

Loteamento de cargos

A Delegacia Sindical do Unafisco Sindical no Rio de Janeiro repudia veementemente as tentativas de ingerência política na administração da Receita Federal, conforme noticiado na matéria “PL cobra cargos prometidos pelo Planalto”, publicada por este Jornal do Brasil no dia 15/04. Segundo a matéria, o Partido Liberal (PL) reivindica o comando da Receita Federal no Rio de Janeiro, cobrando promessa do governo que teria sido feita durante a tramitação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional.

A Receita Federal é um órgão eminentemente técnico, composto por profissionais altamente qualificados. Não é admissível qualquer interferência de partidos políticos em sua administração. Da mesma forma que não se pode admitir que o preenchimento de seus cargos de direção sejam objeto de barganha por qualquer governo.

Alexandre Teixeira
Presidente da Delegacia Sindical
do Unafisco no Rio de Janeiro

A DS/RJ solidariza-se com os colegas de Minas Gerais e apela ao SRF, Jorge Rachid, que é integrante da carreira, aos coordenadores, superintendentes e demais administradores do órgão, bem como a todos os AFRF, para que resistam às pressões e defendam a instituição de todas as tentativas de curvá-la às circunstâncias.

Delegacia Sindical de Varginha/MG

Varginha, 8 de abril de 2004

NOTA DE REPÚDIO

Em decisão unânime na Assembléia Local Extraordinária realizada hoje na DS/Varginha/MG, os Auditores Fiscais da Receita Federal presentes decidiram manifestar o sentimento de indignação pela exoneração do Auditor Fiscal Maurício Mesquita Carvalho da função de Delegado da Receita Federal em Varginha/MG.

Manifestamos **REPÚDIO** à decisão da Superintendente Regional da Receita Federal na 6ª RF, Leda Domingos Alves, por ceder a pressões políticas e praticar o ato de exoneração do delegado da DRF/Varginha/MG. O Auditor Fiscal Maurício Mesquita Carvalho foi nomeado pela mesma superintendente para a função no início de 2000.

A anunciada exoneração, apesar de ainda não estar consolidada por ato formal, está ocorrendo em virtude de procedimento de fiscalização, motivado por diversas denúncias fundamentadas e fortes indícios de sonegação e corrupção, contra empresa ligada a político de expressão no Estado de Minas Gerais.

A gravidade do fato é enorme, visto que jamais ocorreram ingerências políticas de tal magnitude no âmbito da DRF/Varginha e talvez da própria Secretaria da Receita Federal.

Repudiamos, também, qualquer ingerência política na condução ou exoneração de pessoas para cargos de chefia ou de direção e assessoramento, no momento em que o governo federal acena com a possibilidade de retirada de atribuições dos Auditores Fiscais como forma de enfraquecer e politizar o órgão.

Reafirmamos que a Receita Federal deve ser um órgão técnico a serviço da melhoria do serviço público e da sociedade.

Por fim, os AFRF abaixo assinados solicitam ao Sr. Secretário da Receita Federal que não acate a decisão da Sra. Superintendente

Varginha, 8 de abril de 2004.

Daniel Augusto Marçal dos Santos
Carlos Henrique Vieira
Henrique Demolinari Arrighi
Daniel Losso
José Paulo Vigorito Jr.
Roberval Bomfim
Carlos Márcio Ortiz Pereira
Marcello Godinho Filho
Efigênio de Freitas Jr.
Ricardo Faria Vital Oliveira
Maria Margarida Vasconcelos de Lima
Renato Silva Bomfim
Marisa Custódio de Souza
Igor Direne Neves
Arlindo Jacques Filho